

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: XRR:00 120
 Data: 17/05/90 Pg.: _____

**DPF tenta evitar
 ataque de índios**

Cinco agentes da Polícia Federal foram enviados ontem para a reserva indígena xerente, no Estado do Tocantins, com a missão de evitar confrontos que ameaçam ocorrer entre índios e posseiros. O superintendente de assuntos fundiários da Funai, Sigfrido Grazlane, disse que os agentes vão requisitar reforços policiais ao governo do Tocantins para impedir os possíveis choques na região. Grazlane assegurou ainda que a Funai dará total apoio aos índios, porque a área de 16 mil hecta-

res ocupada pelos posseiros pertence à reserva indígena. Ele desmentiu um boato que corria ontem entre os ocupantes da área, de que sua demarcação pela Funai teria sido suspensa por determinação do presidente Fernando Collor. Dez dos mais de 50 posseiros chegaram a ser indenizados por terem construído benfeitorias no local, e mesmo assim continuam ocupando-o, conforme a reportagem do *Jornal de Brasília* pôde comprovar em visita e levantamentos na região (Página 13)

DPF envia agentes para a área indígena

Jairo Viana

O Departamento de Polícia Federal deslocou cinco agentes para a reserva indígena do Funil, no Estado do Tocantins, para evitar conflitos entre os índios Xerente e os posseiros que insistem em permanecer nas terras dos silvícolas. A informação foi dada, ontem à tarde, pelo superintendente de Assuntos Fundiários da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sigfrido Grazlane.

Ele explicou que, na área de conflito, os agentes da Polícia Federal entrarão em contato com as autoridades de segurança do Tocantins, para que o efetivo seja reforçado por homens das polícias Civil e Militar do Estado. Sigfrido garantiu que os índios terão defesa total da Funai, uma vez que a terra lhes pertence.

Sigfrido Grazlane afirmou que "não acredita na interferência do presidente Fernando Collor na questão, pois o presidente da Funai, coronel Airton Alcântara Gomes, goza de inteira confiança do Presidente da República". Ele se referia aos boatos chegados de Tocantins, de que o coordenador da Funai na região, Hamilton Jerônimo Figueiredo, seria demitido pelo presidente Collor.

O superintendente de Assuntos Fundiários da Funai desmentiu, categoricamente, que a demarcação da área tenha sido suspensa por ordem do presidente da República. "Tanto não é verdade, que a monumentação da área (colocação de marcos) foi concluída anteontem (segunda-feira)", disse Sigfrido Grazlane. Ele garantiu que a colocação dos marcos completa o processo de demarcação das terras dos índios Xerente na reserva da Aldeia do Funil, em Tocantins.

Resistência

Segundo Sigfrido Grazlane, os 17 posseiros de boa-fé que ocupavam a área dos xerentes em Tocantins receberam as indenizações pelas benfeitorias que possuíam, no dia 4 de abril último. Ele disse que o único posseiro a resistir para permanecer na área, é José de Souza Moreira, o Zé Mocó, que já recebeu Cr\$ 4,67 milhões de indenização.

"Se este arruaceiro insistir em permanecer na área, terá que se haver com a polícia, pois a Funai ajuizou uma ação de imissão de posse, na Justiça Federal, para que ele desocupe as terras indígenas", disse Sigfrido. Ele assegurou que Zé Mocó deu quitação do recebimento da indenização, reconhecendo todos os direitos da Funai sobre a área. E, por isso, não pode reclamar nenhum direito.

Na opinião de Sigfrido, os índios Xerente são pacíficos, pois ele os conhece de quando esteve na região. "Se os índios estão se armando, é para se defender dos ataques dos posseiros", disse o superintendente de Assuntos Fundiários da Funai. Ele não acredita que possa haver conflito entre os índios e posseiros na região, pois o prazo para os ocupantes irregulares deixarem a terra é o dia 25 de maio.



Sigfrido Grazlane, da Funai, não crê na interferência do presidente Fernando Collor

Boato reforça posição de posseiro

M. Cavalheiro
Enviado especial

Tocantins (TO) — Um boato reforçou ontem a posição dos fazendeiros instalados em terras indígenas no município de Tocantins — a 85 quilômetros de Palmas, capital em construção do novo Estado. Posseiros afirmavam que o presidente Fernando Collor havia "mandado arrancar os marcos" recém-colocados pela Funai e que os Xerente teriam de abandonar sua pretensão pela área. A noite, o presidente da Associação dos Moradores de Tocantins, José Dorismar Benedito, disse que tudo não passava de um equívoco.

Os fazendeiros Mário Vieira Sardinha e Auréliano Ribeiro atribuíram a informação à advogada da Associação dos Moradores, Maria de Fátima Ribeiro Moreira, que se encontra em Brasília fazendo contatos com autoridades e já manteve audiência com o presidente. Eles apostam que a advogada pode resolver o problema através de Brasília. No mesmo contato ela informou, ainda segundo os posseiros, que o superintendente da Funai em Goiás e Tocantins, Hamilton Jerônimo Figueiredo, fora exonerado em decorrência da ação de Maria de Fátima.

A versão do presidente da Associação dos Moradores é outra. José Dorismar, que como Auréliano afirmou haver falado ontem por telefone com a advogada, garantiu

que ela dissera apenas "estar lutando" pela derrubada dos marcos que o agrimensor Doralcio Dornelles terminou de cravar segunda-feira. "O ministro da Justiça deve despachar hoje sobre isto, então vamos saber. Se a decisão for favorável a nós, os marcos têm que ser retirados", disse ele, ontem à noite.

Indenizações

Ao contrário do que diz o superintendente da Funai, a área prossegue quase totalmente povoada, como comprovou a reportagem do *Jornal de Brasília* em visita à região. Pelas contas da Associação dos Moradores, há mais de 40 pessoas residindo nas terras concedidas aos índios — e na maioria dos casos nenhuma disposição de sair. Isto ocorre mesmo entre os dez posseiros que aceitaram indenizações. José de Souza Moreira, o "Zé Mocó", viajou domingo para adquirir um rebanho de 300 cabeças de gado, e pelo menos 50 delas já estão nas terras pelas quais recebeu uma indenização de Cr\$ 4,5 milhões.

Dorismar alega que, à exceção deste fazendeiro — privilegiado pela Funai, segundo diz — as indenizações foram recebidas sob pressão, com Hamilton Figueiredo agindo na companhia de policiais federais e de índios. Mesmo assim, "até o Zé Mocó está disposto a devolver o dinheiro, porque prefere ficar com a terra". Para ele, se alguém sair de livre espontânea vontade, "a área tem que ser dividida entre os outros". Dorismar reafir-

mou também — contrariando a Funai e o cacique Xerente Reinaldo, líder da Aldeia do Funil — que os índios não necessitam de mais hectares do que já possuem e só estão em pé de guerra porque são inundados pela Funai.

A divergência de números entre a Funai e os posseiros — quanto ao número de pessoas instaladas na área — pode ser explicada pelo fracionamento. O fazendeiro José Lopes, por exemplo, colocou outros dois em suas terras, para mantê-las ocupadas, com a promessa de cessão de 20 alqueires "quando a propriedade for legalizada". Um deles é Miguel Anatólio Costa, que acusa os Xerente de haver queimado sua casa dia 16 de agosto e é um dos raros casos de posseiros que deixaram a área.

Documentos

Os índios possuem, como documento, um mapa datado de abril de 1988, delimitando a nova área, extensão da Grande Reserva Xerente. Hoje com 167 hectares, ela receberia mais de 16 mil. O cacique Reinaldo é enfático ao dizer que seu povo necessita destas terras e que não abrirá mão delas porque isto seria um precedente para a aspiração de fazendeiros brancos de reduzir a reserva e se apropriar de novas glebas. O ato da Funai, agora, foi a colocação dos marcos. "A reserva já está demarcada há tempo. Estou apenas colocando as estações de cimento", explicou o agrimensor.